

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.211 - SP (2019/0238108-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADO : MÁRCIO PEREZ DE REZENDE - SP077460
AGRAVADO : CLECIO RIBEIRO OLIVEIRA
AGRAVADO : LINDALVA MARIA DA SILVA
ADVOGADO : ROBERTO CUNHA O FARRILL - SP044982

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE CONDENÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. JUROS DE MORA. TERMO "A QUO".

Mesmo que não estipulados em sentença, são devidos os juros de mora como corolário da condenação a indenizar por danos morais. Orientação pacificada nesse sentido na jurisprudência.

Data da sentença eleita como termo "*a quo*" dos juros de mora, em caso de indenização por danos morais. Impossibilidade de falar-se em mora antes desse momento, se não há meios de poder o devedor se livrar dela, mora. Orientação que vem sendo inovada no STJ. Pretensão do credor que é nesse sentido.

Decisão em primeiro grau que considera o trânsito em julgado como termo "*a quo*" dos juros de mora. Insubsistência. RECURSO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, aponta a agravante existência de dissídio jurisprudencial, além de violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, alegando a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional com a rejeição dos embargos de declaração sem suprimento da omissão referente ao óbice da discussão acerca da inclusão dos juros de mora na liquidação da sentença, dado o trânsito em julgado da questão.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

De início, verifica-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não havendo que se falar em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada"* (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 21/6/2016).

Outrossim, observa-se que não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 1.022 do CPC/15. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, as matérias em exame foram devidamente enfrentadas pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte agravante, sobre as questões expostas no agravo de instrumento.

Com efeito, a Corte local assim se manifestou sobre a controvérsia (fls. 249-250, e-STJ):

Após, ter início o cumprimento definitivo da sentença, o agravante apresentou memória de cálculo com cômputo dos juros a partir da sentença, e a decisão agravada refutou tal pretensão sob o argumento de falta de estipulação a respeito e também porque a questão já ficara assentada em ocasião anterior.

A respeito da falta de estipulação, é tranqüila a orientação jurisprudencial no sentido de sua desnecessidade, por ser aquela verba acessória corolário da condenação. (...)

Não se pode ter como submetida aos efeitos da preclusão um anterior despacho, por falta de fundamentação suficiente, uma vez que apenas menciona genericamente ser devida a incidência de juros a partir do trânsito em julgado, sem ofertar a motivação que permitisse semelhante conclusão, como é exigível aos julgadores para que suas decisões tenham a eficácia que a lei lhes atribui.

Por sua vez o pleito do agravante se afina com a nova orientação do egrégio Superior Tribunal de Justiça no sentido de que os juros de mora referentes à reparação de dano moral contam-se da sentença.

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, não há que falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional, visto que a Câmara julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção, com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes.

De todo modo, o acórdão impugnado, no ponto, está em harmonia com a orientação desta Corte Superior, cuja dicção é de que *"os juros de mora e a correção monetária são encargos acessórios da obrigação principal e devem ser incluídos na conta de liquidação, ainda que já homologado o cálculo anterior, inexistindo preclusão ou ofensa à coisa julgada por causa dessa inclusão"* (REsp 1685862/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 26/2/2019).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora